

Desafios Demográficos: a Natalidade

Desafios Demográficos: a Natalidade

2018

Conselho Económico e Social

DESAFIOS DEMOGRÁFICOS: A NATALIDADE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joana Ferraz Mota Pinto

EDITOR

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Dezembro, 2018

DEPÓSITO LEGAL

Nem todos os textos seguem o novo acordo ortográfico.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

PORTUGAL. CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Desafios demográficos : a natalidade

ISBN 978-972-40- 7761-1

CDU 314

ÍNDICE

PREÂMBULO

António Correia de Campos 7

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Marcelo Rebelo de Sousa 11

SITUAÇÃO DO PROBLEMA DA BAIXA NATALIDADE: DETERMINANTES, CONDICIONANTES E POTENCIADORES

O contexto nacional: Declínio da fecundidade em Portugal
numa perspetiva de século

Maria Filomena Mendes 17

NATALIDADE, RENDIMENTO E EMPREGO: DETERMINANTES E CONDICIONANTES

Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade
entre mulheres e homens e natalidade

Vanessa Cunha 81

Posição da Confederação dos Agricultores de Portugal

Fermelinda Carvalho 101

Posição da Confederação Empresarial de Portugal

Nuno Biscaya 105

Posição da Confederação do Turismo Português

António Condé Pinto 113

Posição da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Nuno Camilo 119

Posição da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional <i>Fátima Messias</i>	125
Posição da União Geral dos Trabalhadores <i>Lina Lopes</i>	141
PARENTALIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS DE FAMÍLIA	
Natalidade e políticas de família <i>Mafalda Leitão</i>	147
Maternidade e Paternidade: motivações e intenções. A importância da idade ao nascimento do primeiro filho <i>Lídia Patrícia Tomé, Maria da Graça Magalhães e Filipe Ribeiro</i>	173
ESPECIFICIDADES REGIONAIS DA NATALIDADE	
Especificidades regionais da natalidade: uma abordagem preliminar <i>Maria Luís Rocha Pinto e Maria Cristina Sousa Gomes</i>	199
POLÍTICAS PÚBLICAS: RESPOSTAS INTEGRADAS AO PROBLEMA	
Desafios da natalidade, políticas públicas e relações de género: por uma economia do cuidado <i>Ana Sofia Fernandes</i>	245
Políticas Públicas: respostas integradas ao problema <i>Cristina Moreira</i>	257
Por uma intervenção integrada de promoção da natalidade <i>Rosa Monteiro</i>	265
SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES	
<i>Maria João Valente Rosa</i>	271
ENCERRAMENTO	
<i>José António Vieira da Silva</i>	275

Maternidade e Paternidade: motivações e intenções. A importância da idade ao nascimento do primeiro filho

LÍDIA PATRÍCIA TOMÉ*
MARIA DA GRAÇA MAGALHÃES*
FILIPE RIBEIRO*

Resumo

Aparentemente, o número de filhos e a idade com que se tem esses filhos são atualmente influenciados, não só pelo aumento dos níveis de escolaridade, como pela participação feminina no mercado de trabalho e, conseqüentemente, também pelos seus desejos/aspirações pessoais e profissionais. Cada um destes fatores condiciona as motivações e intenções de mulheres e homens na sua transição para a parentalidade, levando ao seu consecutivo adiamento. Embora a decisão de formar uma família seja habitualmente tomada em conjunto, importa recordar que a probabilidade de efetivamente se transitar para a parentalidade é diferente entre homens e mulheres.

Mas será a idade ao primeiro filho de facto tão importante num país onde a maioria dos casais considera que é preferível concretizar uma fecundidade inferior à desejada, de modo a assegurar um determinado nível de bem-estar, considerado aceitável, para a sua família? De facto, a idade é importante, sendo até um dos fatores-chave na intenção de se ter mais um

* Laboratório de Demografia – CIDEHUS, Universidade de Évora.

filho, principalmente se tivermos em linha de conta que o intervalo fértil das mulheres para o nascimento de um segundo filho está fortemente condicionada pela idade a que se tiver tido o primeiro. Esta transição para o segundo filho pode mesmo ficar comprometida com aquele adiamento. Uma vez que a recuperação da fecundidade em Portugal está atualmente relacionada com o aumento do número de nascimentos de segundos filhos, importará compreender as alterações que têm ocorrido na idade média ao nascimento do primeiro filho.

Esta evolução recente dos padrões de fecundidade é sustentada pelos resultados do Inquérito à Fecundidade (2013), que por si só já permitem acomodar alguma dose de otimismo quanto à intenção em ter um segundo filho, pois apontavam para uma fecundidade média esperada no final da sua vida reprodutiva de 1,8 filhos, ou seja, valor muito próximo de um ideal de dois filhos.

Neste sentido, se ter um segundo filho está na raiz da ténue recuperação dos recentes níveis de fecundidade, então importa proporcionar condições mais favoráveis para que mais casais potenciem esta possibilidade e a concretizem.

Não será expectável que a estrutura populacional extremamente envelhecida do país venha a sofrer alterações substanciais a curto e médio prazo, em resultado apenas de políticas de incentivo à natalidade. Os futuros pais pertencem atualmente a gerações de menor dimensão, pelo que, mesmo com alterações significativas que se possam vir a verificar nos comportamentos de homens e mulheres face à fecundidade, a própria natalidade encontra-se, pelo menos num futuro próximo, comprometida por essa menor dimensão, com todas as implicações sociodemográficas que daí poderão advir.

1. Introdução

Quando Van de Ka (2002), Sobotka (2004), Bongaarts e Feeney (1998), entre outros autores, trouxeram a debate as questões do efeito de *tempo* (adiamento) e *quantum* (diminuição) da fecundidade, de forma mais aguerida, o debate assentava fundamentalmente nas implicações a curto prazo de uma diminuição da fecundidade e muitos foram os que defenderam que a questão do adiamento acabaria por se dissipar (Reher, 2011). Contudo, as sociedades estão em adaptação a esta realidade, nomeadamente nos países desenvolvidos e mais envelhecidos, onde o declínio de 1 000 nascimentos ao ano é significativo para as estruturas demográficas.

E por isso surgem questões como: O que motiva um casal a ter um filho ou mais filhos, naquele momento das suas vidas? Contudo, a resposta a esta questão poderá trazer ainda mais questões. Será a participação da mãe e do pai no mercado de trabalho decisiva na tomada de decisão? Qual será o impacto do background de um indivíduo nas suas aspirações familiares? Qual a idade certa para ter o primeiro filho? E nas suas intenções, será que homens e mulheres têm pesos diferentes para o número de filhos que tencionam ter ao longo da sua vida reprodutiva? Serão as respostas a estas questões suficientes para permitir conhecer se as motivações e intenções de fecundidade dos portugueses podem ser potenciadoras para aumentar o número de nascimentos? Num país onde as gerações que contribuem para estes nascimentos têm menores dimensões que no passado, e onde a crise económica recente estimulou o aumento substancial do saldo migratório negativo, o que nos espera o futuro?

É importante lembrar que o semblante da estrutura populacional portuguesa, é atualmente caracterizado por um gradual envelhecimento que está associado, primeiramente ao efeito positivo do aumento da esperança de vida à nascença, mas também ao efeito negativo da diminuição da população em idade fértil (por consequência dos movimentos migratórios e de gerações de menores dimensões) e do decréscimo do número de nascimentos. Sendo a idade fator-chave na explicação para o adiamento e diminuição do número de filhos tidos, importa compreender o verdadeiro impacto que a saída de população jovem em idade fértil, teve no número de nascimentos registados, caso tivesse permanecido no país e adotado os comportamentos de fecundidade observados pelos restantes.

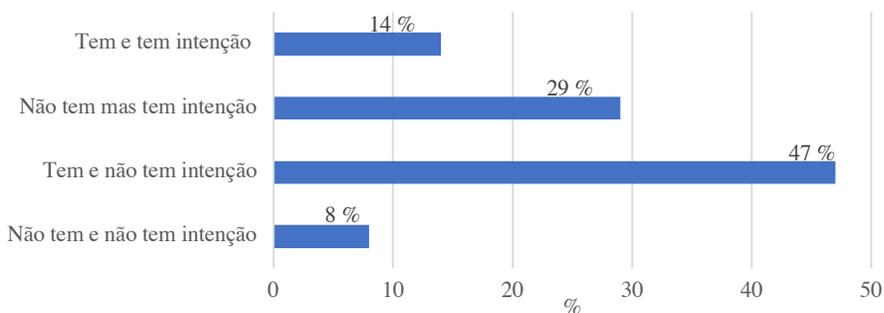
Verifica-se em Portugal, como em toda a Europa, que embora a maioria dos indivíduos revele um desejo em ter um primeiro filho, esta decisão tem vindo a ser adiada para idades mais avançadas, condicionando o nascimento dos filhos seguintes. Num presente e futuro onde a incerteza económica é fator-chave e onde o efeito do saldo migratório, substancialmente negativo (até 2016), agravou a situação da natalidade e fecundidade em Portugal, procurou-se ainda dar resposta ao efeito positivo que teria tido a permanência dos emigrantes “perdidos” entre 2011 e 2015 na estrutura populacional do país.

2. Intenções e motivações de fecundidade dos portugueses

No ano de 2013, momento conturbado da crise económica portuguesa, o Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), recolhiam informação sobre a fecundidade dos portugueses, sobre as suas intenções e motivações para concretizar a transição para a parentalidade ou não, bem como as motivações e intenções para o nascimento de mais filhos. Recorde-se ainda que Mendes *et al.* (2016a) realizaram uma extensa análise destes resultados dos quais nos parecem importante reavivar alguns.

A figura 1 permite aclarar logo à partida que de entre os casais com filhos em Portugal, a maioria (47%) tem filhos, mas não tenciona vir a ter mais, enquanto que de entre os que têm intenção de vir a ter, são os que não tiveram ainda o seu 1º filho que apresentam maior intenção de concretizar a sua fecundidade. Destacando-se também que 8% dos inquiridos, não tinham filhos e não tencionam mudar essa decisão até ao final da sua vida reprodutiva.

Figura 1: Intenção de fecundidade dos portugueses em 2013.



Fonte: Elaborado com base na Figura 3.1, in Mendes *et al.* (2016b), pp. 19.

Nota: O somatório de todas as percentagens é igual a 98% correspondendo os restantes 2% aos indecisos, ou seja, indivíduos que tem ou não filhos, e não sabem se pretendem vir a ter ou vir a ter mais.

A análise da fecundidade não deve centrar-se apenas na concretização do evento (nascimento de um filho), devendo ter também em consideração as diferentes fecundidades ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Vejamos a fecundidade realizada¹ estudada por Mendes *et al.* (2016a), que é

¹ Fecundidade Realizada: número de filhos até ao momento.

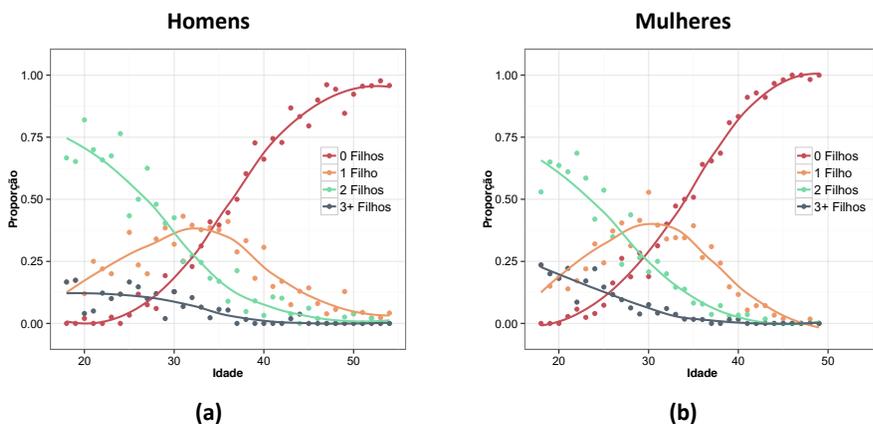
o resultado concertado das decisões tomadas entre os casais, numa mediação entre o seu desejo (fecundidade desejada²), as suas intenções (medidas através da fecundidade intencional³) e a influência de fatores externos que influenciam o número de filhos tidos. A combinação de todos estes fatores contribuirá para o que se esperaria ser uma fecundidade final esperada não muito diferente da desejada, contudo e uma vez que esta fecundidade será medida apenas no final da vida reprodutiva de um casal, a janela temporal de incentivo à natalidade está extramente condicionada.

Relembremos que, no que à fecundidade intencional dos portugueses diz respeito, sejam homens (18-54 anos) ou mulheres (18-49 anos), o comportamento é em tudo semelhante (figura 2). São os mais jovens que tencionavam em 2013 ter uma família de maiores dimensões. E destaca-se ainda que de entre os mais jovens existe uma expectativa de ainda virem a ter dois filhos adicionais, “superior no caso dos homens (aos 18 anos é de aproximadamente 75% e 70%, respetivamente para homens e mulheres), enquanto a intenção de virem a ter ainda mais 3 ou mais filhos é superior entre as mulheres (aproximadamente 25% das mulheres com 18 anos, comparativamente a cerca de 15% de homens)” (Mendes *et al.* 2016a, pp. 75).

Esta intenção de ter 2 ou mais filhos, muito presente nos primeiros anos do período reprodutivo, diminui com o aumento da idade, como resultado da concretização da fecundidade realizada, ou seja, aquando do inquérito, um indivíduo (independentemente de ser homem ou mulher) com 30 anos, pode por exemplo tencionar não ter mais filhos ou ter apenas mais um, e por esse motivo assistimos a diminuição dos valores da fecundidade intencional. Contudo, sabemos que entre a fecundidade desejada, a fecundidade intencional e a fecundidade realizada existem diferenças, explicadas muitas vezes pelas motivações individuais que levam os indivíduos a adaptarem-se em face das alterações que ocorrem nas vidas pessoais e profissionais (Testa, 2007).

² Fecundidade Desejada: número de filhos que uma pessoa deseja ter ao longo da sua vida.

³ Fecundidade Intencional: diferença entre o número de filhos que se espera vir a ter para além dos que já se têm.

Figura 2: Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade

Fonte: Figura 3.38 in Mendes *et al.* (2016a), pp. 76.

É consensual na literatura, (Almeida *et al.*, 1998; Adsera, 2011; Cunha, 2007; Demeny, 2003; Giddens, 2006; Oliveira, 2007; Mendes, 1987; Mendes *et al.*, 2016a) que a redução da fecundidade intencional está associada ao aumento dos custos afetivos e materiais de ter um (ou mais filhos), existindo portanto uma adaptação aos recursos existentes. Por oposição, na motivação para o nascimento de um filho, pesam quase exclusivamente fatores de natureza emocional e afetiva, com propensão para se investir todos os recursos disponíveis em cada um dos filhos tidos (Giddens, 2006; Sobotka, 2008). A percepção de cada indivíduo, sobre os custos dos filhos, seja ele um custo pessoal, social ou simplesmente financeiro, é um fator importante no desejo de concretizar a sua intenção de fecundidade, e que pode influenciar o comportamento e decisões de fecundidade, tanto a curto como a longo prazo (Tomé e Mendes, 2017).

Parece existir uma compensação entre qualidade e quantidade, identificada na literatura por diferentes autores (Becker 1960; Maciel, 2015), que explicam este declínio como intencional, uma tomada de decisão pensada entre o casal potenciando uma maior dedicação ao filho tido. Se tal como Mendes *et al.* (2016a) identificaram, *os portugueses preferem ter menos filhos com maiores oportunidades a mais filhos*, significa então que este processo de transformação já está a decorrer na sociedade portuguesa. E as motivações emocionais, nada mais são do que a resposta a uma

transformação do peso material implícito na pretensão de se ter um filho (Sobotka, 2008).

Em 2013, os portugueses tinham em média 1 filho, desejavam ter até 2,3 filhos, mas na realidade esperavam ter apenas 1,8 filhos. A importância do peso total no seu bem-estar do custo de um filho, ou de mais um filho, é determinante na forma como interfere naquilo que são as intenções, desejos e concretizações. Na tabela 1 apresentam-se sintetizados os cinco principais fatores determinantes para não pretender mais filhos. À parte de já se ter os filhos que se quer, se destacam-se os fatores financeiros como os principais para não se transitar para o filho seguinte. O nascimento de um filho implica a medição dos custos financeiros, sociais e existenciais, que apenas quando apresentam um risco positivo são considerados pelos indivíduos como uma segurança para a concretização da sua intenção de fecundidade.

Tabela 1: Fatores determinantes para não ter mais filhos, além dos que já tem entre os 18 e os 49 anos

	18 – 49 anos	Até aos 30	Depois dos 30
Custos financeiros associados	85,1 %	87,1 %	89,4 %
Já tem os que quer	73,2 %	77,9 %	67,7 %
Dificuldade para conseguir emprego	52,4 %	59,0 %	53,0 %
Dificuldade em conciliar família e emprego	36,8 %	38,1 %	40,4 %
Falta de espaço na habitação	18,7 %	28,5 %	19,2 %

Fonte: Determinantes da Fecundidade em Portugal (Mendes *et al.*, 2016a).

O nascimento de um filho pressupõe um compromisso para toda a vida, que implica a procura pelo equilíbrio financeiro e estabilidade profissional que permita concretizar e ampliar a sua fecundidade desejada (Kreyenfeld, 2004), e a verdade é que as motivações para ter apenas um filho ou ir além do primeiro, se opõem como polos negativos e positivos da vida familiar. A idade ao nascimento do primeiro filho, ou seja, a idade do indivíduo no momento em que transita para a parentalidade, é fator condicionante para ter mais filhos, a par das questões financeiras que tal como a estabilidade de uma coabitação ou casamento, parece potenciar a decisão de ter mais

um filho (Tabela 2). O estudo dos determinantes da fecundidade em Portugal (Mendes *et al.*, 2016a), permitiram também identificar a dimensão do agregado de origem como fundamental para ficar apenas pelo primeiro filho, ou pretender aumentar a dimensão da sua família (menos irmão no passado parece potenciar menos filhos no presente), assim como a idade a que se deixou o agregado familiar de origem. Contudo, a decisão concertada de ter um filho, revela que este evento de vida, acontece mais tarde quando os indivíduos, concordam que é preferível ter menos filhos com mais oportunidades (Mendes *et al.*, 2016a).

Tabela 2: Síntese das motivações para ter filhos e para ter mais filhos para os indivíduos entre os 30 e os 39 anos

Motivações para ter apenas um filho	Motivações para ter mais filhos
Idade ao nascimento do primeiro filho;	Idade do indivíduo;
Não ser casado ou não estar a coabitar;	Estar num casamento ou coabitação;
Rendimento <i>per capita</i> do agregado;	Rendimento <i>per capita</i> do agregado mais elevado;
Níveis de escolaridade mais baixos podem ser um entrave;	Níveis de escolaridade mais elevados são potenciadores;
Número de irmãos: menos irmão menos filhos;	Número de irmãos: mais irmão mais filhos;
Importância da presença do pai;	Idade com que deixou o agregado de origem;
Concordar de que é preferível ter menos filhos com mais oportunidades.	Discordar de que é preferível ter menos filhos com mais oportunidades.

Fonte: Determinantes da Fecundidade em Portugal (Mendes *et al.*, 2016a).

Embora os portugueses desejem ter filhos, a maioria dos inquiridos em 2013 tinha já o número de filhos que esperava ter até ao final da sua vida reprodutiva (Figuras 1 e 2). Recorde-se que 47% já tinha os filhos que pretendia, sem o desejo de aumentar a sua família. A estabilidade familiar potencia a transição para o filho seguinte, nomeadamente para indivíduos com pelo menos um irmão, ou seja famílias de origem de maior dimensão potenciam famílias de maior dimensão no presente ou futuro. Contudo, e tal como Kreyenfeld (2004) identificou, mais do que a questão económica (com exceção de situações extremas, como uma crise económica),

o impacto do nível de instrução é fator-chave e fundamental entrada na parentalidade. O adiamento do nascimento do primeiro filho diminui a janela de oportunidade para os nascimentos seguintes, porque embora os portugueses queiram ter filhos, o momento dessa decisão poderá condicionar o quantum final dos seus níveis de fecundidade, como veremos na secção seguinte.

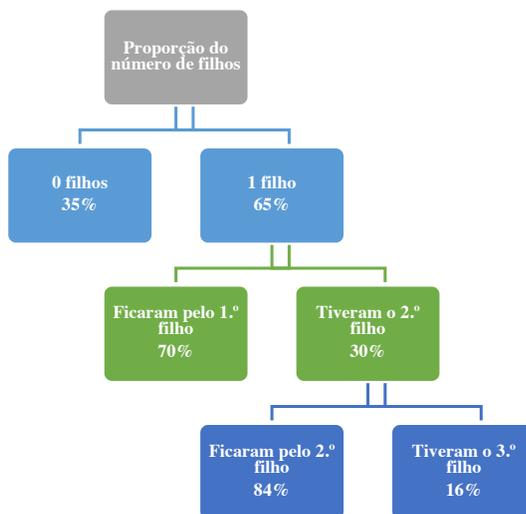
3. Ter o primeiro filho? Sim.

Mas quando? E quais as implicações no nascimento dos seguintes? Quando a demografia passa da quantificação do fenómeno para a sua explicação, o desafio sociodemográfico que é a formação de uma família passa inevitavelmente pela análise e compreensão do adiamento da fecundidade. Os demógrafos, bem como os sociólogos, procuram compreender quais os obstáculos que condicionam as tomadas de decisão de um casal (Fahlén, 2013; Frejka e Sardon, 2004), bem como o que potencia a decisão de por exemplo ter apenas um filho (Tomé, 2015).

Os jovens, futuros pais, têm hoje projetos de vida diferentes dos de gerações anteriores, como resultado das transformações sociais das sociedades em constante transmutação, adaptando o seu bem-estar, ainda que em alguns casos de forma inconsciente, a respostas mais adequadas ao que desejam para si. Na realidade, cada um de nós pode considerar que o ideal para uma família é que esta seja composta por um casal e dois filhos, mas será que esse ideal é o que deseja para si? (Sobotka e Beaujouan, 2014).

Recordando uma vez mais os resultados do Inquérito à Fecundidade 2013 (IFEC), 65% dos indivíduos, tinham pelo menos um filho e destes somente 30% passaram para o segundo até à data do inquérito (Figura 3), ou seja, 70% dos indivíduos com um filho, podem ainda aumentar a sua fecundidade, dependendo da sua janela de oportunidade de idades para o concretizar.

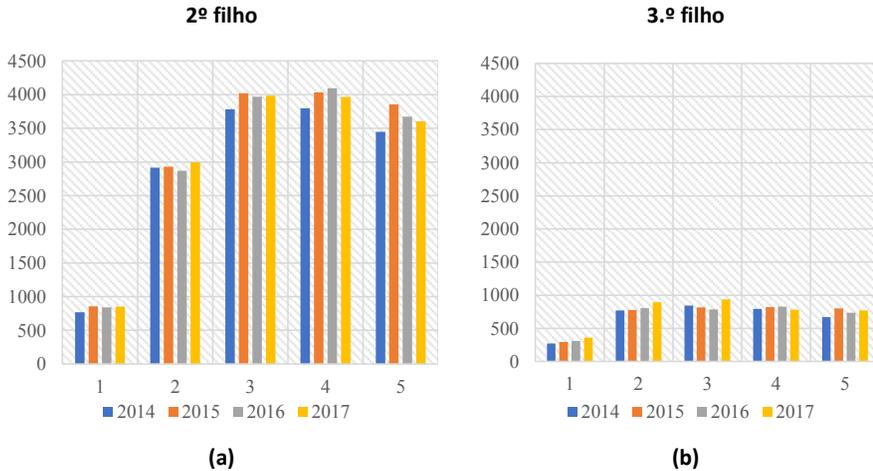
Figura 3: Proporção de indivíduos de acordo com o número de filhos tidos em 2013.



Fonte: Elaborado com base na Figura 4.6, in *Determinantes da Fecundidade em Portugal* (Mendes *et al.*, 2016a)

Uma vez que a ténue recuperação da fecundidade em Portugal está atualmente relacionada com o aumento do número de nascimentos de segundos filhos, importará compreender as alterações que têm ocorrido na idade média ao nascimento do primeiro filho. Se considerarmos por exemplo quantos anos em média os casais esperam para o nascimento do segundo e terceiro filhos (Figura 4), verificamos que a maioria dos casais, entre 2014 e 2017, esperaram mais de três anos para o nascimento do seu segundo filho. Contudo, na transição para o terceiro filho, os casais que tomam esta decisão, têm vindo a diminuir o seu tempo de espera e no ano de 2017 verifica-se um aumento daqueles que esperam até 3 anos.

Figura 4: Número de filhos tidos até 5 anos depois nascimento do 1º e 2º filhos, entre 2014 e 2017



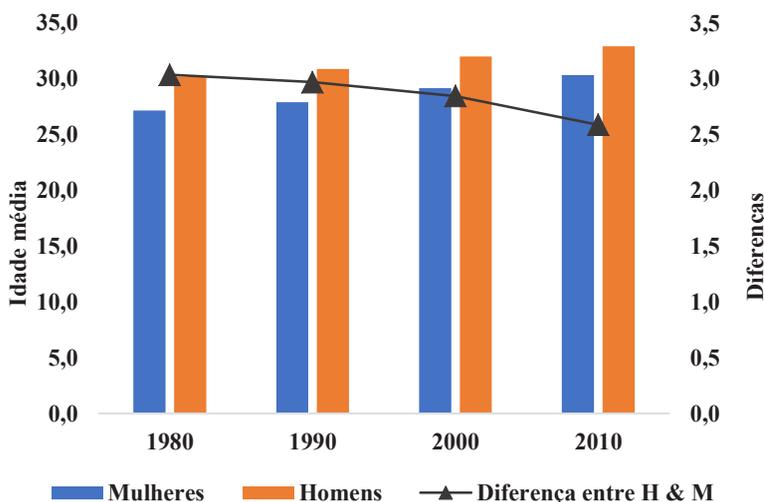
Fonte: Micro-dados dos nados-vivos, Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

Entre a fecundidade medida no final da vida reprodutiva e a fecundidade desejada ou intencional, estão fatores que afastam ou aproximam estas fecundidades, dos quais se destacam a idade como aquele que maior peso tem na determinação do número de filhos tidos, principalmente no caso das mulheres. Tradicionalmente a análise da fecundidade, por razões de calendário do período fértil, e de disponibilidade de dados, assenta todos os seus indicadores nos comportamentos das mulheres, contudo Dudel e Klusener (2018) estão a reconstruir informação sobre a fecundidade masculina com o propósito de criar uma base de dados internacional de livre acesso, na qual Portugal estará incluído, e permitindo pela primeira vez apresentar neste trabalho dados sobre a fecundidade masculina em Portugal.

Se considerarmos a idade ao nascimento de um filho, para homens e mulheres cujos seus filhos nasceram em Portugal durante as últimas quatro décadas, verificamos que são os homens aqueles que apresentam uma idade média mais tardia, ultrapassando já os 30 anos durante a década de 80 (Figura 5). Entre 1980 e os anos mais recentes esta idade média aumentou para homens e mulheres, a ritmos diferentes e que diminuíram o diferencial de idades entre ambos. Entre 2010 e 2015 a idade média

dos homens atingiu os 33 anos, ficando-se pelos 30 no caso das mulheres, contudo a diferença entre sexos é menor que no passado (2,6 anos vs 3,0 anos), podendo revelar um abrandamento do adiamento por parte dos homens.

Figura 5: Idade média ao nascimento de um filho (Homens e Mulheres) e diferenças entre as idades médias nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010

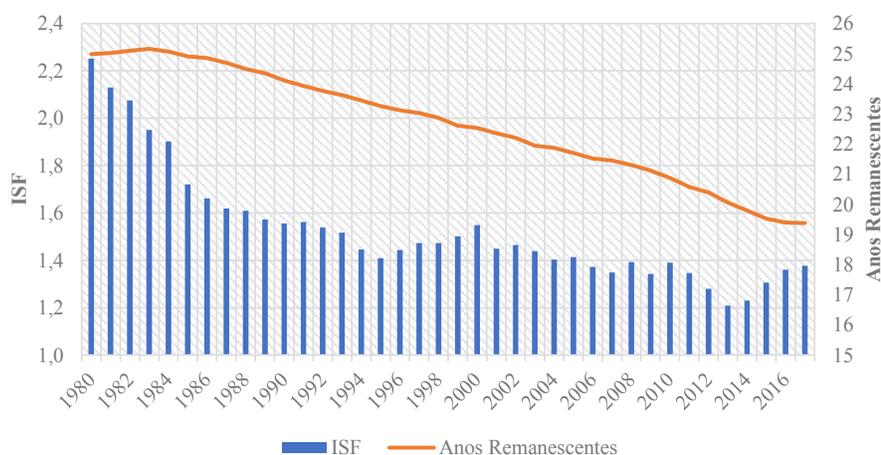


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dudel e Klusener, 2018. Elaboração própria.
Nota: A década de 2010 inclui dados até 2015 inclusive.

O aumento da escolaridade e as transformações sociodemográficas, como referido anteriormente, estão entre os fatores chave apontados como respostas fundamentais no processo de transição tardia para a parentalidade, onde a decisão de ter um filho ou mais um filho, é hoje comprimida nas idades mais avançadas, diminuindo substancialmente a janela de oportunidades. E uma vez que os diferentes tipos de fecundidades medidas ao longo do ciclo de vida se adaptam às circunstâncias individuais, emerge a necessidade de identificar o tempo de vida útil do período reprodutivo de uma mulher. Este intervalo de tempo pode ser definido como o *número de anos remanescentes após o nascimento do primeiro filho*, medido através da distância entre a idade ao nascimento do primeiro filho e a idade limite considerada para o período fértil [49 anos].

Em 1980 o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) era de 2,3 filhos por mulher, sendo que as mulheres tinham aproximadamente 25 anos de anos remanescentes, após o nascimento do primeiro filho, para aumentarem a sua fecundidade (Figura 6). 37 anos depois, em 2017, o ISF era de 1,38 filhos por mulher, enquanto que o número de anos remanescentes diminuiu para aproximadamente 19. Ou seja, entre 1980 e 2017, o período reprodutivo após o nascimento do primeiro filho, diminuiu aproximadamente 6 anos, refletindo a compressão do uso do período fértil, e a eventual transição para um segundo filho e seguintes, poderá ficar comprometida.

Figura 6: Índice Sintético de Fecundidade e o número de anos remanescentes do período fértil das mulheres portuguesas, após o nascimento do primeiro filho entre 1980 e 2017.

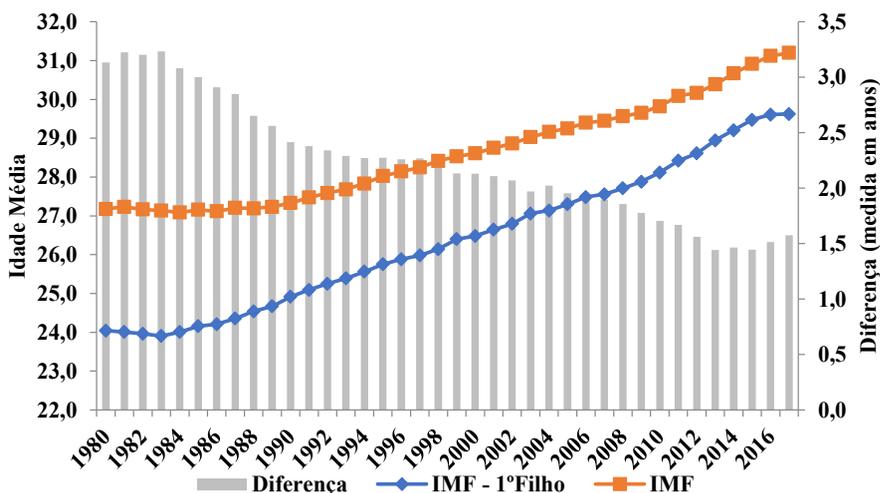


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

Recorde-se que em Portugal, e embora a idade média ao nascimento de um filho (IMF) tenha aumentado nas últimas 4 décadas, a verdade é que entre 1980 e 2017, o espaçamento entre esta idade e a idade média ao nascimento do primeiro filho (IMF – 1º Filho), diminuiu francamente. A diferença média entre as duas idades, durante a década de 1980 foi de 3 ou superior, diminuindo para valores iguais ou inferiores a 1,5 anos entre 2013 e 2016 (Figura 7). E se o aumento da idade ao nascimento do primeiro filho condiciona a idade ao nascimento dos restantes, a consequência deste adiamento será que todas as idades médias aumentam? O ligeiro aumento

da distância entre estas duas idades entre 2016 e 2017, é resultado de mais nascimentos de segunda ordem, e que parece ser o suporte principal de alguma recuperação recente dos níveis de fecundidade.

Figura 7: Evolução da Idade média à fecundidade (IMF), Idade Média ao nascimento do 1º filho (IMF – 1º Filho) e a diferença entre ambas, entre 1980 e 2017 em Portugal.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

A idade ao nascimento do primeiro filho é importante e determinante na efetivação do *quantum* da fecundidade dos potenciais pais. Para um casal, principalmente no caso da mulher, pela limitação do seu período fértil (tradicionalmente considerando entre os 15 e os 49 anos), sendo um dos fatores-chave na pretensão de se ter mais um filho, o intervalo fértil para o nascimento de um segundo filho está fortemente condicionada pela idade a que esta tiver tido o primeiro filho.

Em média, o nascimento do primeiro filho está a ocorrer muito próximo dos 30 anos, significando que se em média os casais que transitam para o segundo filho, entre 3 a 5 anos, então a possibilidade de ir além do segundo filho é restringida para muitos casais. Embora o período fértil feminino esteja biologicamente definido até aos 49 anos completos, em 2017 menos de 7% dos nascimentos registados ocorram depois dos 40 anos, significa então que dos 19 anos de período remanescente após o

nascimento do primeiro filho, as mulheres estão essencialmente a utilizar apenas 10. Nos anos mais recentes, nomeadamente em 2016 e 2017, a breve recuperação do nascimento de segundos filhos, observadas nos anos recentes, é resultado também da diminuição do tempo decorrido após o nascimento do primeiro filho.

4. E se? Diferentes cenários e perspetivas de presente e futuro

Quando se discutem os comportamentos demográficos recentes, a tendência é reforçar a grande transformação que a estrutura populacional dos países desenvolvidos registou nos últimos 50/60 anos. Neste tempo, países como Portugal, Suécia, Espanha ou Itália, transitaram de uma pirâmide etária francamente jovem para uma pirâmide envelhecida, em que o seu topo exerce demasiada pressão sobre a restante população, i.e., sobre os jovens e a população (potencialmente) ativa.

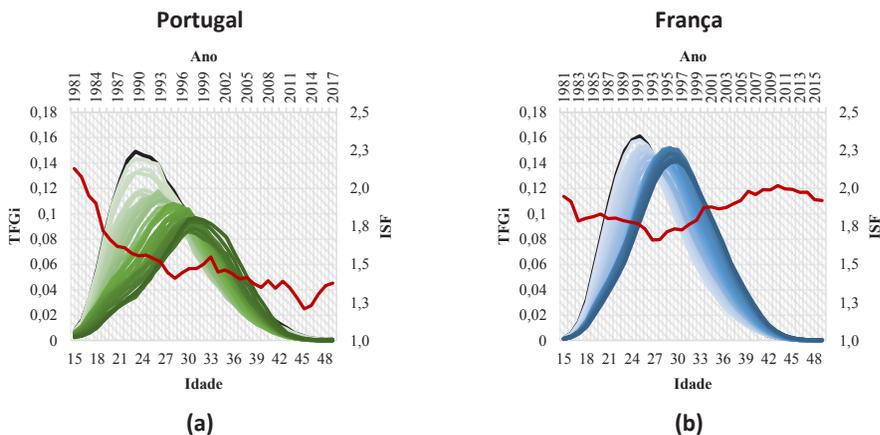
Ao nível da natalidade, a própria estrutura populacional é apontada como sendo grande responsável pelo declínio do número nascimentos que se tem observado ao longo dos anos, especialmente quando se regista alguma espécie de recuperação, mesmo que ténue. Isto significa que muitas vezes se questiona o facto de, mesmo perante taxas de fecundidade mais reduzidas, se a estrutura de uma população de mantivesse jovem, os nascimentos aumentariam. Por outro lado, muitas das vezes a questão incide sobre os 2,1 filhos médios por mulher necessários para a substituição de gerações, i.e., será que os nascimentos observados aumentariam caso os valores registados permitissem a substituição de gerações? Ou pelo menos se não se afastassem demasiado?

Para que se consiga obter uma resposta credível a estas questões é importante recordar a evolução da fecundidade portuguesa ao longo dos anos, que além de registar um declínio bastante acentuado, registou ainda um deslocamento para idades mais avançadas, significando que não se observou apenas um declínio no número de filhos, como também os próprios nascimentos se registam em idades cada vez mais avançadas (deslocamento). Esta tendência pode ser observada na figura 8, no entanto, e apesar de a IMF registar um aumento, países como França não apresentam um enorme afastamento da substituição de gerações como aquele que pode ser observado em Portugal, e tal como ali se encontra representado.

No caso de Portugal, verifica-se que acompanhando a deslocação da fecundidade para idades mais avançadas, registou-se, entre 1981 e 2017,

um decréscimo avassalador no ISF. Este declínio, apesar de ter sido interrompido por uma ligeira recuperação entre 1995 e 2000, levou a que em 2013 se registasse, em Portugal, o valor mais baixo alguma vez registado no respeitante ao ISF: 1,21. Todavia, desde esse ano, tem-se registado uma ligeira recuperação e em 2017 atingiram-se os 1,38 filhos por mulher. Com a análise desta figura, podemos ainda constatar que esta recuperação foi resultante de um aumento da fecundidade em idades mais tardias, correspondendo aos segundos filhos, i.e., esta recuperação encontra-se intimamente relacionada com a cessação do adiamento do segundo filho em muitos casais. No caso de França (Figura 8b), apesar de também se verificar um adiamento da fecundidade para idades mais tardias, a verdade é que o declínio no número médio de filhos por mulher registou-se essencialmente até 1994, seguido de um aumento até 2011, e declinando ligeiramente até ao final da série temporal disponível. Aqui o ISF mais baixo registado situa-se nos 1,66 filhos por mulher, enquanto que o mais elevado é de 2,02, ou seja, valores muito mais próximos da substituição de gerações.

Figura 8: Evolução das taxas de fecundidade geral por idades (TFGi) e do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em Portugal e França entre 1981 e 2017.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Human fertility database. Elaboração própria.

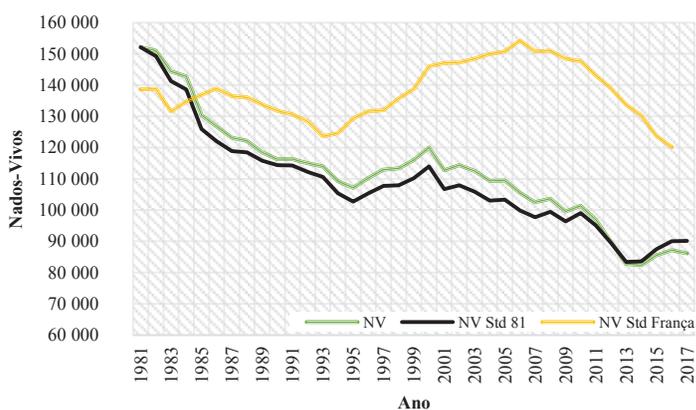
É verdade que França tem uma enorme força/presença de imigrantes na sua estrutura populacional, mas não é o que muitos demógrafos avançam como solução para o aumento da natalidade/fecundidade? Será a imigra-

ção uma solução? Então e se Portugal registasse exatamente os mesmos comportamentos de fecundidade que os seus congéneres franceses? A resposta encontra-se na figura 9.

Tal como pode ser observado na figura 9, em Portugal, o número de nados-vivos declinou de pouco mais de 152 mil para pouco mais de 86 mil entre 1981 e 2017 (linha verde), e mesmo que a estrutura populacional portuguesa se tivesse mantido jovem (e.g.: repetido entre 1981 e 2017) a verdade é que o desfecho não seria muito diferente do atual: 90 130 nados-vivos em 2017 (linha preta).

Neste ponto de vista, o único cenário que poderia ter um impacto significativo, ainda que a curto/médio prazo, seria o de se atingir os níveis de fecundidade observados em França (120 147 – linha amarela). Todavia, sabe-se através de inúmeros estudos, que os imigrantes de 2ª geração adotam comportamentos de fecundidade muito similares com os países de origem, pelo que a melhor solução seria a de proporcionar aos residentes a possibilidade (condições necessárias) de conseguirem ter o número de filhos pretendido, ou seja, a sua fecundidade final esperada.

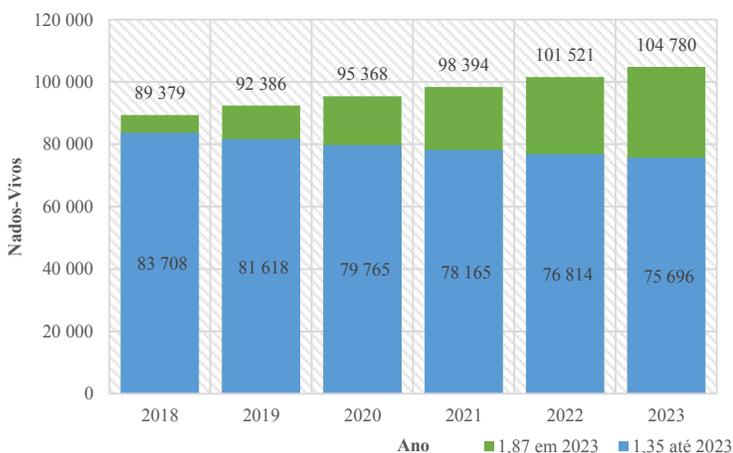
Figura 9: Evolução do número de (1) nados-vivos registados em Portugal (NV) entre 1981 e 2017, (2) nados-vivos em Portugal mantendo a estrutura populacional de 1981 até 2017 (NV Std 81), (3) nados-vivos em Portugal mantendo os níveis de fecundidade observados em França no mesmo período (NV Std França).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

Considerando ainda outra possibilidade, de acordo com o último Inquérito à Fecundidade realizado em Portugal no ano de 2013 (IFEC 2013), a fecundidade esperada dos portugueses rondaria os 1,8 filhos médios por casal. Então e se subíssemos um pouco o objetivo e se nos próximos 5 anos o valor atingido fosse de 1,87? Seria muito provável registar um aumento significativo do número de nados-vivos (Figura 10). Neste sentido, em 2023, seria expectável o registo de um aumento de aproximadamente 20 mil nados-vivos (18 626), atingindo assim os 104 780.

Figura 10: Número de nados-vivos potencialmente registados entre 2018 e 2023 com o ISF de 1,87 ou 1,35 em 2023.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

Seguindo ainda o raciocínio de fixação de residentes, ou até de atratividade, importa ainda voltar um pouco atrás no tempo, mais precisamente ao momento de intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Portugal. Entre 2011 e 2015 registou-se, em Portugal um número de emigrantes bastante elevado e, independentemente de serem de índole permanente ou temporária, tratando-se de pessoas em idade ativa jovem, os efeitos sobre as suas trajectórias matrimoniais e decisões de fecundidade da sua saída de Portugal levará a que os seus filhos venham, muito provavelmente, a nascer no país de destino. Principalmente porque grande parte dos emigrantes temporários tem tendência a passar, mais tarde, a permanente. Por esta razão, tivemos curiosidade em perceber qual teria

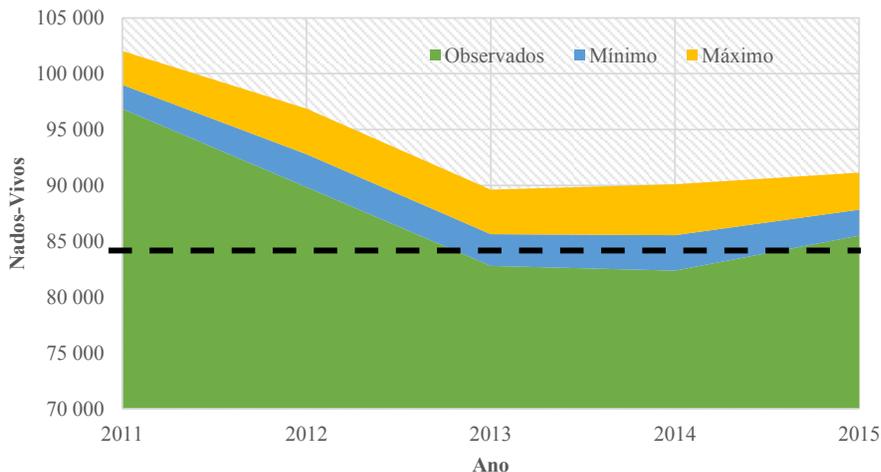
sido o possível impacto da sua saída, versus a permanência em Portugal, nos níveis de natalidade observados no país (Fihel et al., 2018).

Em primeiro lugar, tivemos em conta que a idade média ao nascimento de um filho em Portugal ronda os 30 anos de idade, e é precisamente entre os 20 e 49 anos que se concentram os maiores fluxos de (e)migração, que correspondem maioritariamente aos jovens adultos, que não só pretendem encontrar condições de trabalho satisfatórias, não precárias e com um salário compatível com as expectativas dadas as suas habilitações literárias e qualificações profissionais, como também muitos deles desejam e estão prestes a constituir família.

Neste sentido, e tendo como ideia base recalcular o número de nados-vivos que se iriam registar caso esses mesmos emigrantes tivessem ficado em Portugal e adotado os comportamentos de fecundidade daqueles que ficaram a residir em Portugal, estimámos o impacto das migrações no número de nados-vivos registados se aqueles emigrantes, mulheres e homens, tivessem registado idêntico comportamento de fecundidade ao dos residentes no país, nas mesmas idades.

Assim, caso Portugal tivesse exercido uma força (re)atractiva ou de fixação sobre estes mesmos emigrantes, o número de nados-vivos registados no nosso país teria aumentado independentemente de assumirmos que estes emigrantes iriam encontrar companheiros no seu destino, ou que teriam saído do país acompanhados pelos seus parceiros. A simulação efetuada permitiu estimar um intervalo de valores considerados como o mínimo e o máximo de nados-vivos possíveis de atingir ao longo dos anos em observação. Concluímos que ao longo destes anos ter-se-ão “perdido” entre um mínimo de 13 443 e um máximo de 18 981 nados-vivos resultado da forte emigração registada no país. Adicionalmente, em nenhum dos cenários, se teria observado um número de nados-vivos inferior a 85 000, nos anos em análise (Figura 11).

Figura 11: Número de nados-vivos observados entre 2011 e 2015, e valor mínimo e máximo de nascimentos “perdidos” para os emigrantes temporários e permanentes.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Elaboração própria.

Os diferentes cenários testados neste trabalho, permitem verificar que com um índice sintético de fecundidade próximo de 2,1 no ano de 2017, poderíamos esperar contar com mais 50% de nados-vivos, comparativamente com os registados no momento. As simulações efetuadas permitiram ainda verificar que mantendo o comportamento de fecundidade observados em Portugal nos últimos anos, o retorno de emigrantes poderia e poderá potenciar um aumento significativo no número total de nascimentos.

5. Conclusão

Portugal, tal como outros países europeus, apresenta atualmente uma estrutura populacional envelhecida, resultado do aumento da esperança de vida, diminuição do número de filhos, e diminuição da população em idade ativa por consequência dos elevados valores da emigração, durante o período da crise.

Ao longo deste trabalho fomos além das questões demográficas e procurámos explicar o adiamento e diminuição da fecundidade em Portugal no contexto das motivações e intenções dos futuros pais, condicionados pela entrada tardia na parentalidade.

A idade ao nascimento do primeiro filho é o fator mais importante no adiamento da fecundidade e na sua diminuição pois a idade ao primeiro filho, condiciona não só a tomada de decisão de ter o segundo filho e os seguintes, como condiciona a fecundidade do casal e o rejuvenescimento do país. Contudo, a situação pode ser pelo menos minorizada em situações em que os casais sentem estabilidade económica e social para o fazer. A entrada tardia no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de escolaridade é algo que dificilmente sofrerá um retrocesso nos seu comportamento, portanto o que resta à sociedade é adaptar-se a esta nova realidade, promovendo oportunidade para que os futuros pais, o possam ser.

Por exemplo, na questão dos apoios familiares, recorde-se que para aproximadamente 30% dos jovens até aos 30 anos, a questão da habitação é apresentada como fator determinante para não pretender ter mais filhos, valor que poderá vir a aumentar. Se no passado o ditado português, referindo que “onde cabem 2 cabem mais 2 ou 3” seria aceite, a verdade é que hoje, a falta de habitação disponível no mercado estará a condicionar a pretensão de aumentar a dimensão familiar. Assim, casas mais pequenas potenciam famílias de menor dimensão. Uma vez mais, a própria transformação da estrutura populacional portuguesa, parece ser também o reflexo da adaptação às condições socioeconómicas disponíveis.

Embora exista uma transformação na estrutura de idades portuguesa, que se acentuou nas últimas duas décadas com o envelhecimento significativo da população, e se observem hoje, coortes mais pequenas que no passado, sociedades onde a igualdade de género é uma realidade, o desafio da reorganização da estrutura populacional é menor.

A importância da estrutura populacional e a estabilidade económica podem ser mais importantes que as motivações, intenções ou até mesmo a idade ao nascimento do primeiro filho. Apesar de saber que existe um efeito do passado, a estrutura na população que não será mitigado no futuro próximo, é hoje necessário proporcionar as condições ideais às pessoas para que possam ter os filhos que pretendem e na altura que pretendem.

6. Referências

- Adsera, A. (2011). Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe. *European Journal of Population*, 27: 1 -32.
- Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., e Wall, K. (1998). Relações Familiares: Mudança e Diversidade. In Portugal, que Modernidade? (Viegas, J. e Costa, A., Orgs.) Oeiras: Celta Editora.

- Becker, G. S. (1960). An economic analysis of fertility. *National Bureau of Economic Research*: 209 -240.
- Bongaarts, J., Feeney, G. (1998), On the quantum and tempo of fertility, in *Population and Development Review*, 24.
- Cunha, V. (2007). *O lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Demeny, P. (2003). Population policy dilemmas in Europe at the dawn of the twenty-first century. *Population and Development Review*, 29(1): 1 -28.
- Dudel, C., Klusener S. (2018). Male Fertility data for 17 high-income countries. *Methods and data description*. [Texto ainda não publicado e cedido pelos autores]
- Fahlén, S. (2013). Capabilities and Childbearing Intentions in Europe. *European Societies*, 15(5).
- Fihel, A., Janicka, A., Kloc-Nowak, W. (2018). The direct and indirect impact of international migration on the population ageing process: A formal analysis and its application to Poland. *Demographic Research*, 38, 43, pp 1303-1338.
- Frejka, T., Sardon, J.-P. (2004). Childbearing trends and prospects in low-fertility countries: A cohort analysis. in *European Studies of Population*, Vol. 13, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.
- Giddens, A. (2006). *O mundo na era da globalização* (Saul Barata, Trans.). 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Kreyenfeld, M. (2004). Fertility decisions in the FRG and GDR: an analysis with data from the German Fertility and Family Survey. *Demographics Research*, 3: 275 -318.
- Maciel, A. (2015). *Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões*. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- Mendes, M. F. (1987). Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança. *Análise Social*, XXIII(96): 311-332.
- Mendes, M.F., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L.P. e Freitas, R. B. (2016a). Determinantes da fecundidade em Portugal. *FMMS ISSN:978.989.8838.58.2*
- Mendes, M. F., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L. P., Freitas, R. B. (2016b). Introdução ao estudo Determinantes da fecundidade em Portugal. *FMMS*
- Oliveira, I. T. (2007). Fecundidade e Educação. *Revista de Estudos Demográficos*, 40, 5 -19.
- Reher, D. S. (2011). Economic and social implications of the demographic transition. *Population and Development Review*, 37: 11 -33.
- Sobotka, T. (2004). Is lowest -low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, 30: 195 -220.
- Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19: 171 -224.
- Sobotka, T., Beaujouan, É. (2014). Two is best? The persistence of a two-child family ideal in Europe. *Population and Development Review*, 40(3): 391-419.
- Testa, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey. *Vienna Yearbook of Population Research*: 357 -379.
- Tomé, L. P. (2015) *Why Portugal is not replacing generations? A period & cohort perspective in a comparative analysis with selected European Countries*. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.

- Tomé, L. P., Mendes, M. F. (2017). When economic uncertainty disturbs fertility levels. *Population News, Trends and Attitudes* nº4, December, pp. 1-2.
- Van de Kaa, D. J. (2002). The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries. Artigo apresentado no Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 janeiro 2002.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos colegas Christian Dudel (Max Planck Institute for Demographic Research) e Sebastian Klusener (Vytautas Magnus University) que gentilmente cederam os dados relativos à fecundidade dos homens em Portugal.